

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

JACQUES DERRIDA E A PULSÃO ARQUIVIOLÍTICA: NOS RASTROS INVISÍVEIS DA NECROPOLÍTICA BRASILEIRA

Tânia Corghi Veríssimo

Onze anos se passaram desde o assassinato do ajudante do pedreiro Amarildo de Souza, no Rio de Janeiro. No dia 14 de julho do ano de 2013, Amarildo foi sequestrado em frente à sua casa, enfiado em uma viatura, torturado e assassinado por policiais militares da Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha. O caso alcançou grande repercussão popular e, em 2016, 13 policiais militares investigados foram condenados pelos crimes de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual. Contudo, apesar de decisão favorável da Justiça, desde então, nenhum familiar do pedreiro foi indenizado, seis dos policiais condenados continuam no quadro ativo da Polícia Militar, atuantes em cargos diretores da corporação e, até hoje, o corpo de Amarildo segue desaparecido.

No mês de abril de 2019, militares do Exército dispararam mais de 80 tiros contra um carro que levava uma família na região da Vila Militar, na zona oeste do Rio. A família, – e aqui importa sublinhar -, negra, estava a caminho de um chá de bebê em um domingo. O motorista do carro, o músico e segurança Evaldo dos Santos Rosa, de 51 anos, foi assassinado em frente à sua esposa e filha por militares do Exército. O crime ocupou espaço na grande imprensa, causando indignação de muitos setores da sociedade. Quando interpelados, os autores dos 80 disparos, à época, alegaram que tudo não passou de um “engano”, um “incidente”.

Arquivos como estes, pululam cotidianamente sustentados pelas malhas de um projeto de poder e governamentalidade nefasto nos desígnios da vida e da morte de tantos brasileiros/brasileiras pobres, negros e negras. Pululam ao mesmo tempo, produções em nosso campo, questionam o que pode a psicanálise frente à destrutividade e ao trauma, como pode um psicanalista escutar a violência, quais os limites e possibilidades da escuta psicanalítica ante questões estruturais e políticas de grande magnitude.

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

Aceito a provocação deste encontro: o convite à escuta dos restos, dos numerosos sinais que nos impelem a pensar hoje o mal-estar na cultura, Eros e civilização, e a espacialização de esforços críticos no desafio da promoção de novos circuitos pulsionais. A necropolítica, afinal, interroga a psicanálise e os psicanalistas no tempo do agora, invoca à interpelação de arquivos como os de Amarildo e Evaldo, que expõem suas atemporalidades ao mesmo tempo em que nos dão a ler suas constantes redefinições, movimentos que os inscrevem culturalmente, em um contexto histórico de diferentes marcadores. Na batalha do mal-estar, faz pensar em pactos da cultura estabelecidos como condição ao convívio, mas também nos que surgem, de saída, como condição à perpetuação de abusos e violências de uns sobre outros. Daí nosso compromisso com o enlace ético, com a responsabilidade pela denúncia e pelo trabalho psíquico com excessos e suas sistemáticas repetições.

Para esta discussão, elegi dois arquivos, os chamados arquivos do mal – aqueles que, segundo Derrida (2001), são os “dossiês e os revisionismos históricos, os arquivos alvo de negacionismos, silenciamentos, dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, recalçados” (p. 07), disparadores de uma reflexão/provocação ao pensamento sobre a tensão da vida em cultura, que, penso, se quisermos que de fato questione nossa escuta, deve ser estendida à psicanálise freudiana desde sua epistemologia. Penso que ambos arquivos oferecem subsídios à provocação: o caso Amarildo trata de um corpo que “segue desaparecido”, ou seja, um caso que expõe o fim decretado pelo desaparecimento de uma presença corporal, mas que questiona este mesmo fim, ao sugerir que algo segue deste desaparecimento. Amarildo segue desaparecido. Cadê o Amarildo? O que segue deste arquivo? Desta violência sumária que apaga e faz parecer nada sobrar, haveria algum resto/rastro a seguir? O caso de Evaldo, por sua vez, traduz o cinismo de uma narrativa que dá status de incidente à crueldade de um sistemático projeto de extermínio, produz indignação pela brutalidade de uma ação em seu visível propósito de aniquilamento, pelo estampido audível de tantos disparos noticiados. Desafia a pensar sobre como arquivamos a violência. Como ler este arquivo para além de suas visibilidade e audição pungentes, do gatilho apertado e do barulho dos tiros de fuzil? Como transcender a indignação, traduzindo-a em termos pulsionais à serviço da vida e da morte?

A provocação aqui serviria à transcendência, ao que chamamos, desafio de promoção de novos circuitos pulsionais frente a um regime de produção sistemática da morte, neste caso, de corpos pobres e pretos. Assim como Achille Mbembe provocou Foucault ao propor o conceito de necropolítica em decorrência de uma crítica ao

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

conceito de biopolítica que, segundo o autor camaronês, “não incluiu todas as dimensões que a ascensão do neoliberalismo provocou no exercício da soberania, em especial a expansão da lógica colonial e as transformações do racismo” (ALMEIDA, 2021, p. 02), há que se reconhecer a necessidade da psicanálise também ser provocada em seus lugares comuns e estabelecidos no pensamento sobre o mal-estar.

E Derrida, leitor acurado de Freud, fez-se importante provocador. Em seu ensaio “Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana” (2001), ousou traduzir a consolidada pulsão de morte, sistematizada por Freud em 1920, chamando-a pulsão arquiviolítica. A palavra arquivo, advinda do radical grego “*arkhê*”, foi trazida pelo autor em sua ambiguidade, designa começo e comando, lugar onde as coisas começam e são ordenadas politicamente; enquanto o sufixo “lítico” se presta à adjetivação de substantivos ligados à “lise”, que significa decomposição, dissolução. Nesta lógica, palavras terminadas em “lise” como “catálise, diálise, análise”, quando adjetivadas, adquirem o formato “lítico” “catalítico, dialítico, analítico”. A palavra arquiviolítica, sendo a expressão dessa junção “*archivum*” e “lítico”, traduz o arquivo como um lugar que se decompõe/dissolve pelos efeitos da separação de seus elementos formadores.

A pulsão arquiviolítica é esta decompositora, no limite, apagadora de arquivos, de traços de memória que, na tradução de Derrida seria esta que “é muda (*stumm*) e trabalha, mas, uma vez que trabalha sempre em silêncio, não deixa nunca nenhum arquivo que lhe seja próprio. Ela destrói o seu próprio arquivo antecipadamente, como se ali estivesse, na verdade, a motivação mesma de seu movimento mais característico. Ela trabalha para destruir o arquivo: com a condição de apagar, mas também com vistas a apagar seus próprios traços – que já não podem desde então serem chamados “próprios”. Ela devora seu arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido externamente (...) a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo (DERRIDA, 2001, p. 21).

O que (a)colher de um campo de efeitos produzidos por uma pulsão muda e avassaladora, obstinada em apagar, devorar e destruir traços de memória? Tão destruidora e eficaz no propósito de apagar arquivos sem deixar vestígios, tão indomável na produção de condições de não-acontecimento de arquivos: o que pensar sobre as consequências da ação desta pulsão arquiviolítica? Qual o fim de uma pulsão decompositora? É possível calcular a sua força? O que faz afirmar/viver, o que faz negar/morrer/inexistir?

A tradução de Derrida, sabemos, não consiste em mera mudança de nomenclatura, tampouco na introdução gratuita de um novo significante. Sua

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

tradução/provocação fundamenta-se numa mudança epistemológica elaborada pelo autor em seu texto “Especular sobre Freud” (1980), desde o qual fez sua releitura da segunda teoria pulsional freudiana. Atento às continuidades e descontinuidades do discurso freudiano, Derrida contribuiu ao pensar que mesmo que em *Além do princípio do prazer* (1920) a pulsão de morte já estivesse estabelecida em sua mudez e inacessibilidade, haveria em Freud um dogma dualista (DERRIDA, 1980) que incidiria sobre nosso modo de conceber a economia pulsional e, conseqüentemente, sobre nosso modo de lidar com a questão vida e morte. A crítica de Derrida alveja o caráter dogmático oposicional e dualista impresso por Freud às pulsões, convidando a pensar sobre seus efeitos em nossa escuta. A teoria freudiana, devemos lembrar, nos diz que pulsões de morte e pulsões de vida localizam-se em terrenos opostos, assim como a vida e a morte. Postulou a separação de dois grupos de pulsões em duas espécies “as que querem conduzir a vida à morte e as outras sexuais que almejam sem cessar a renovação da vida” (FREUD, 1920/2020, p. 155). Adiante, afirmou: “Nossa concepção foi, desde o início, *dualista*, e hoje ela o é mais rigorosamente do que antes, depois que nomeamos os opostos não mais de pulsões do Eu e pulsões sexuais, mas de pulsões de vida e pulsões de morte (...)” (FREUD, 1920/2020, p. 173-175).

Freud, por conseguinte, opõe dois eventos: a morte e a renovação da vida, como se a renovação não contemplasse a morte e vice-versa. Para ele, ou vida ou morte, ou morte ou vida, portanto. Trata-se de uma dicotomia pregada em sua metapsicologia e que foi tomada por Derrida como oportunidade de inflexão: e se as pulsões de vida e morte fossem tomadas como pulsões de vida-morte, em plano coexistente? Postula o autor que “no *fim* nada pode se opor a essa morte, ela não é diferente, no sentido da oposição, ela está inscrita no processo dessa estrutura. Se nada pode se opor à morte, ela é, desde já, *a vida a morte* (DERRIDA, 1980/2007, p. 315).

Para supor este desenho da coexistência e do jogo entre pulsões que, desde então, não se opõem, mas se expressam em suas diferenças, foi preciso questionar o dogma dualista freudiano. A pulsão arquiviolítica decorre de um exercício freudiano impedido. Este foi o caminho tomado por Derrida quando traduziu a pulsão de morte em pulsão arquiviolítica. Em princípio, podemos tomar os casos Amarildo e Evaldo como obras tanto da pulsão de morte freudiana quanto da pulsão arquiviolítica derridiana, já que convergem em sua característica silente, inacessível e em seu propósito apagador-destruidor. São ambas, afinal, pulsões mudas, invisíveis, firmes em seus propósitos de desfazimento e destruição de arquivos, mas que, isso importa frisar, deixam de convergir quando vistas à luz das divergentes epistemologias que embasam suas

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

consistências: enquanto a pulsão de morte parte de um paradigma binário e dicotômico, a pulsão arquiviolítica advém de outra condição de significação, da *différance*, diferença/diferencialidade, esta que compreende as pulsões desde uma cadeia de diferenciação constante. Pela *différance*, pulsões de vida e pulsões de morte, Eros e Thanatos, não estão em planos opostos, tampouco em configuração excludente, mas em comunicação, encontro- desencontro, coexistência-dissidência, num jogo que não apaga sua dimensão conflitiva. Desde então, as pulsões não são mais de vida e morte, nem de vida ou morte, mas sim de vida morte.

Para Derrida, não há opostos em dicotomia, há, sim, uma pulsão que se gesta na lógica do trânsito entre economias, lugares possíveis desde rastros que se produzem entre princípios do prazer-realidade, propondo pensar sobre a inexistência, a morte, a vida e a destruição em coexistência, sobre o campo de efeitos destruidores abertos por uma ação silenciosa e invisível que tantas vezes escapa à percepção. Uma leitura que pode causar estranhamento, uma vez que tendemos a pensar a morte como “sentença de morte” condenada a dois sentidos opostos: sentença que condena à morte, ou interrupção que suspende a vida (DERRIDA, 1980/2007, p. 315), e não como rastro desde sempre participante, inserida numa trilha de diferencialidade produtora da vida.

Por isso a pulsão arquiviolítica é esta pulsão vida morte. Com ela, Derrida evidencia o que “não deixa *nunca nenhum* arquivo que lhe seja próprio” (DERRIDA, 2001 p. 21, grifos nossos), situando o “nunca” e o “nenhum” numa perspectiva real de perda, parte inflexiva de um horizonte de expectativa pelo reencontro, restauração e/ou recuperação de algo ou alguém perdido. Em sua concepção, a morte, desde sempre presente, é levada à sério, às últimas consequências, assim como a vida.

Em minha leitura, compreendi que a pulsão arquiviolítica acenava justamente para os lugares mais inóspitos, ao mesmo tempo, seria o que, para Derrida, possibilitaria que um arquivo aconteça, afinal, “(...) sem esse movimento propriamente infinito de destruição radical não surgiria nenhum desejo nem mal de arquivo” (DERRIDA, 2001, p. 121/122).

Em sua condição de fazer evidenciar a intimidade inextrincável vida-morte, ameaçar apagar traços de memória até seu desaparecimento, penso na pulsão arquiviolítica como um avanço metapsicológico à análise do mal-estar e da necropolítica brasileira. Afinal, surge como noção importante para que não apaguemos ambivalências componentes de arquivos, fazendo conversar as contradições. Morte irreversível, vida nova a gestar ante o perdido, a leitura não dicotômica das pulsões e a compreensão da “vida ou/e morte” como “vida-morte” estabelecem uma economia do trânsito constante

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

entre o que antes apenas se opunha, da sustentação do olhar para a ambiguidade do arquivo, ou seja, para os disfarces em meio a não-ditos, sempre mal-ditos, porque parciais e atuantes em sua mudez. Trata-se de outro paradigma de leitura e tradução, a partir do qual atenta-se à permanência da força de atuação das dimensões do mudo e do invisível na constituição do arquivo, a despeito da beleza e das falsas impressões de desvelamento trazidas por máscaras sedutoras, como disse Derrida.

Os arquivos de Amarildo e Evaldo, em princípio, surgem como exemplos de flagrante desaparecimento e extermínio. Em ambos os casos, a morte comparece como sentença, como evento invasor e brusco causador de susto e escandalização. Com eles, tendemos a arquivar o recorte: a marca do desaparecimento sumário de um corpo, também os estampidos de 80 tiros contra um homem negro, tomando as violências em seu caráter excessivo, logo, traumático. Uma rememoração que não esconde nossa legítima afetação-comoção a mais uma arbitrariedade necropolítica, mas que, pelo pensamento dicotômico, pode fazer perder de vista a invisibilidade de ações que, anteriormente e desde o início já estavam e estão ali presentes, atuando ininterruptamente a serviço da gestão da morte de arquivos.

O paradigma derridiano das pulsões, ao trazer vida-morte em coexistência, permitiria o alargamento desta moldura que apenas evidencia a vida assaltada pela morte, lançando luz às nuances da necropolítica, num jogo desde o qual seria possível supor a invisibilidade da pulsão de morte na composição do visível da cena, a mudez na eloquência e vice-versa. Trata-se de uma lógica que alertaria para o risco de captura ao flagrante e sumário de um arquivo, para o perigo de escutar apenas os tiros do fuzil disparados contra Evaldo e o sumiço literal do corpo de Amarildo.

Às voltas com o compromisso ético, perguntamos: como arquivamos e como arquivaremos a violência? Quais as possibilidades de alargar a moldura, tendo a psicanálise como ferramenta na assunção deste compromisso?

Franco (2023, p. 98), ao falar de um “dispositivo desaparecedor”, endossa esta reflexão derridiana: dispositivos produzem dessubjetivações, no sentido de que, desde o primeiro momento, quando as vidas são neles capturadas, uma série de mecanismos leva à progressiva perda dos referenciais espaçotemporais, da identidade, dos princípios de organização do comportamento, até culminar com a produção do cadáver desconhecido. Mas o dispositivo desaparecedor ao qual refere o autor, importa dizer, não trata do desaparecimento literal meramente, mas contempla a conjunção desaparecimento-morte, algo que, como traduziu Almeida (2021, p. 12): “não se limita a fazer sumir alguém, ocultar um corpo como se nunca houvesse existido. O

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

desaparecimento de que aqui se fala é o *desaparecimento-morte*, o desaparecimento em sua dimensão política, que não se esgota no ato de fazer sumir o suporte material da vida – o corpo – mas que consiste no *esvaziamento da existência*. Assim, o desaparecimento político se abate sobre a história que aquele corpo poderia contar – não só a história do indivíduo cuja vida ali se sustentava, mas a história de um país”.

Compreende-se que através das ações desta pulsão arquiviolítica, é possível acompanhar um processo regressivo de progressivas perdas, um verdadeiro processo de mortização invisível pelo exercício de um poder que melancoliza para governar; uma mortização que não se traduz pela vida ou morte de sujeitos/arquivos, mas da morte em vida. Ainda com Franco (2023, p. 106), temos que: “Vida e morte se tornam indecíveis para o prisioneiro que foi levado até esse ponto do processo de desaparecimento. Se, por um lado, ele se sabe vivo, por outro, vive paradoxalmente uma morte em vida, uma morte antes da morte; são “mortos que caminham”.

Quantas mortes podemos rastrear ao longo de uma desaparecimento e de um extermínio que, desde então, não mais sentenças, devem ser lidos como processos? Amarildo, Evaldo e quantos mais são tratados como mortos que caminham? Sujeitos que se sabem vivos, mas que paradoxalmente vivem a morte em vida, aviltados em suas múltiplas possibilidades viventes por ações de indignidade, exclusão, crueldade, invisibilidade e desumanização, cotidianamente?

Lembremos desta pulsão arquiviolítica como “vocação silenciosa de queimar o arquivo” e “ameaça de destruição” (2001, p. 23), por termos que não conotam a consuma o de atos, mas a o es em potencial – potência, voca o, ameaça – que realiza um trabalho de extermínio que poderá (ou não) futuramente (sabe-se quando) despontar em flagrante visibilidade. Esta pulsão que salienta que não são o visível participa da tessitura e do apagamento de arquivos: quantas a o es de apagamento não são noticiadas? Penso que se o assunto   a decomposi o de arquivos por uma pulsão destruidora, o paradigma de Derrida surge como possibilidade de iluminar o caráter processual e constante da pulsão muda que, em seu vagar (in)transitável, quando não escutada, pode culminar no desaparecimento mais chocante. Obra de uma pulsão muda que a todo instante tem como modo de atua o a própria retirada, uma pulsão que, de tanto apenas deixar, mata um arquivo aos poucos pelo desinvestimento que produz, até que ele desapareça. Nas palavras de Almeida (2021): Mais que um método, o desaparecimento revela outras dimensões da necropolítica. Não   preciso que o Estado mate; basta que ele deixe morrer ou deixe matar. Ou ainda: que deixe que se matem

ANAIS

XI CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL

uns aos outros. Não é preciso que o Estado suma com os corpos; é suficiente que não procure os desaparecidos nem quem os fez desaparecer (...).

A seriedade desta pulsão arquiviolítica, curiosamente, se enuncia em sua invisibilidade. É o que não devemos deixar de ver. Ao mesmo tempo, miremos seus valiosos rastros, que não permitem recuperação do que já se perdeu, mas do que se pode tangenciar e que, em constante jogo vida-morte, pode provocar desde sua invisibilidade - a imaginação, criação e invenção de futuros. Mais mirar a gestação, o que se dá como potência arquiviolítica vida morte de arquivos, menos fixar-se no escândalo formatador de arquivos da violências sempre contraditos por ações escusas de emudecimento, tendo assim, mais instrumentos para intervenção e responsabilidade com a produção e tradução de arquivos do mal, como Amarildos, Evaldos, João Pedros, Ágathas, Marcos Vinícius, entre outros que não acessamos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, S. L. Necropolítica e Neoliberalismo. *Caderno CRH*, volume 34, Dossiê 2. Universidade Federal da Bahia. Novembro. 2021.

DERRIDA, J. Especular sobre "Freud". In: *O Cartão-postal*. De Sócrates a Freud e além (1980). Trad. Ana Valéria Lessa e Simone Perelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo*. Uma impressão freudiana. Trad: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FRANCO, F. L. *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. São Paulo: Ed. Ubu, 2021.

FREUD, S. As pulsões e seus destinos. *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. 1915/2013. Ed. Bilíngue. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. *Obras Incompletas de Sigmund Freud*. 1920/2020. Ed. Bilíngue, comemorativa do centenário. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.